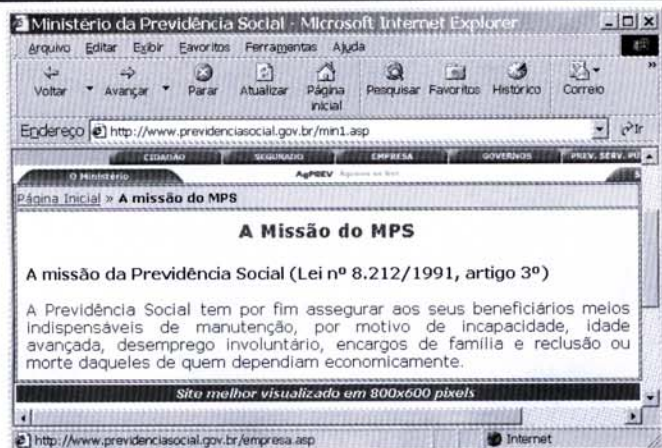


- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 125 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS



Com base na figura acima — uma janela do Internet Explorer 5 —, julgue os itens de 1 a 3, relativos a esse *software* e à Internet.

- 1 Ao se clicar **Ferramentas** e, em seguida, no *menu* disponibilizado, clicar *Opções da Internet*, aparecerá uma janela a partir da qual é possível, por meio da guia *Segurança*, definir níveis de segurança para áreas da *Web*, com o objetivo de proteger o computador quando conteúdos da *Web* dessas áreas forem abertos ou carregados.
- 2 Para que a configuração da área da tela do monitor de vídeo, sugerida na parte inferior da página mostrada — “800×600 pixels” —, possa ser implementada, é necessário que o computador esteja equipado com placa de 16 MB de memória e que o monitor seja do tipo SVGA.
- 3 Na Internet, o uso do protocolo TCP/IP na versão IPv6, também denominada IPSec, permite que todas as mensagens recebidas por um usuário sejam protegidas por mecanismos de criptografia, que fazem uso de chaves privadas, enviadas a cada mensagem de *e-mail* transmitida.

- 1 A globalização faz água neste momento, tanto na política quanto na economia. Na política, o fator de desestabilização é o caso Iraque, que está provocando uma profunda divisão entre os países. Na economia, as negociações em torno da abertura e da liberdade de comércio ameaçam emperrar em diversos fóruns. Nos dois casos, o Brasil sai perdendo. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso enfocou mundo afora a tese da globalização assimétrica. Com tintas diferentes, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem defendido a mesma idéia nas suas viagens ao exterior.

Carlos A. Sardenberg. A globalização pára na vez dos pobres. In: O Estado de S. Paulo, 17/2/2003, p. B2 (com adaptações).

Tendo o texto acima por referência e considerando o atual cenário mundial, julgue os itens de 4 a 8.

- 4 A atual instabilidade política e econômica mundial deriva, em larga medida, da crise iraquiana e de algumas de suas principais repercussões, como as posições divergentes entre potenciais aliados dos Estados Unidos da América.

- 5 Em termos econômicos, apesar das dificuldades ainda existentes, o destaque positivo dos dias de hoje diz respeito à convergência de posições dos países que integram a Organização Mundial do Comércio, obtida com o fim dos subsídios que até recentemente eram praticados pelas economias mais poderosas do planeta.
- 6 A coesão do texto é assegurada por expressões que retomam ou antecipam informações, como é o caso do termo “Nos dois casos” (l.6-7), que se refere aos dois governantes citados.
- 7 País periférico, “o Brasil sai perdendo” (l.7) na corrida pelos mercados globalizados — como afirma o autor do texto —, entre outras razões, pela descontinuidade de sua política econômica, expressa nas posições divergentes assumidas pelos dirigentes do Estado brasileiro.
- 8 A tese da “globalização assimétrica” (l.9), citada no texto, pode ser assim resumida: como os países ricos progridem muito mais rapidamente que os pobres em suas posições no comércio global, à medida que a globalização se aprofunda, mais os países ricos se distanciam dos pobres.

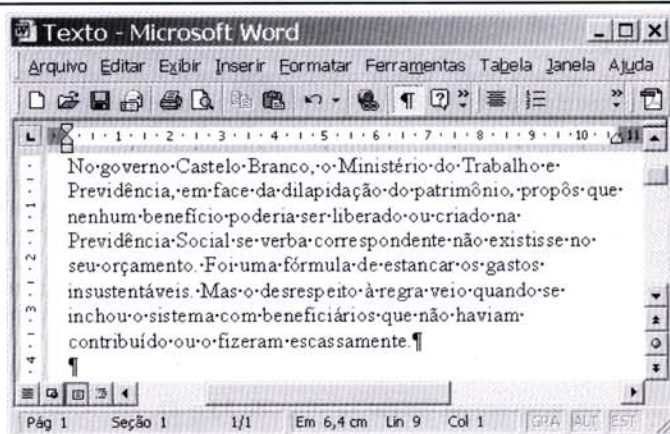
- 1 Há muito tempo, venho tentando mostrar que a chamada sociedade civil organizada — ONGs, redes informais de cidadãos antenados — está atropelando partidos políticos, governos e universidades e se transformando no porta-voz mais autorizado de uma ponderável fatia do público, em especial nos países desenvolvidos. Mas atenção.
- 4 Esse pessoal só consegue organizar-se em grandes massas quando se trata de ser contra alguma coisa. Quando se trata de ser a favor de alguma coisa, defendem bandeiras pontuais.
- 7 São todas importantes, é claro, mas faltam a cola que as mantenha juntas e a bula para colocá-las em prática.

Clóvis Rossi. A outra superpotência. In: Folha de S. Paulo, 19/2/2003, p. A2 (com adaptações).

Com relação ao papel desempenhado pelas ONGs no mundo contemporâneo e tendo o texto acima por referência, julgue os itens de 9 a 15.

- 9 Infere-se do texto que as tradicionais instâncias mediadoras entre a sociedade e o poder político têm padecido de uma espécie de crise de identidade, com dificuldades para agir em um mundo que, ao se transformar rapidamente, torna obsoletas ou inadequadas antigas práticas e formas de representação social.
- 10 Entre as grandes manifestações conduzidas pelas “redes informais de cidadãos antenados” (l.2-3), podem ser citadas as dirigidas contra os rumos da globalização — como as de Seattle e de Gênova — e as que, atualmente, se levantam contra a guerra no Iraque.
- 11 A expressão “Esse pessoal” (l.7) retoma o mesmo grupo indicado por “sociedade civil organizada — ONGs, redes informais de cidadãos antenados” (l.2-3), acentuando a visão negativa que o autor tem desse segmento.
- 12 Os termos “pontuais” (l.9), “todas” (l.10), “faltam” (l.10) e “juntas” (l.11) estão no plural devido às suas relações sintáticas com a expressão “grandes massas” (l.7).

- 13 Infere-se do texto que as “bandeiras pontuais” (l.9) levantadas pelos grupos organizados incluem, entre outras, as manifestações ecológicas, a exemplo das voltadas para a preservação de florestas.
- 14 As formas pronominais em “as mantenha” (l.11) e “colocá-las” (l.11) referem-se, respectivamente, a “bandeiras” (l.9) e “juntas” (l.11).
- 15 O ponto de vista em primeira pessoa e a seleção lexical pontuada por termos metafóricos conferem ao texto um tom pessoal e de informalidade, inadequado para documentos oficiais.



Com o auxílio da figura acima, que mostra uma janela do Word 2000 com parte de um texto extraído e adaptado do **Correio Braziliense**, de 24/1/2003, julgue os itens de 24 a 32.

- 1 No mundo, a instituição previdenciária está em crise. A esperança de vida da população tem-se elevado, aumentando o número de aposentados e a sua permanência como tal; as mudanças tecnológicas diminuíram a quantidade de empregos e, por consequência, de contribuintes, elevando os gastos com auxílio-desemprego.
- 7 Aumenta-se a despesa, diminuem-se as receitas. A previdência social, não só aqui, mas em toda a parte, está em crise e continuará nesse estado, permanentemente. O seu equilíbrio será essencialmente instável, necessitando de reparos emergenciais todos os dias.
- 10 Aqui, a situação agravou-se. Nunca se fizeram, com seriedade, as reservas necessárias que a ciência atuarial exige, recolhendo hoje e preservando para atender ao compromisso no futuro. Foram concedidas aposentadorias para trabalhadores que nunca contribuíram, pensões para idosos sem fonte de recursos, e dezenas de desvios de recursos destinados a gastos futuros. Literalmente, predominou o saque.

Osiris de Azevedo Lopes Filho. **Correio Braziliense**, 29/1/2003, p. 5 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens de 16 a 23.

- 16 O texto constitui-se de dois blocos de informações: o primeiro trata da situação mundial da previdência social; o segundo aborda a situação brasileira.
- 17 O período “Aumenta-se a despesa, diminuem-se as receitas” (l.7) constitui uma estrutura em que se coordenam as únicas conclusões possíveis para cada um dos dois trechos anteriores, da seguinte forma:

trecho	conclusão
“A esperança de vida (...) como tal” (l.2-4)	“Aumenta-se a despesa”
“as mudanças tecnológicas (...) auxílio-desemprego” (l.4-6)	“diminuem-se as receitas”

- 18 Na expressão “nesse estado” (l.9), o pronome “nesse” só pode ser compreendido a partir de inferências do contexto extratextuais, pois não foi mencionado nenhum “estado” nas linhas anteriores do texto.
- 19 Os segmentos “Nunca se fizeram” (l.12) e “Foram concedidas” (l.15), na voz passiva, têm como correspondentes na voz ativa as formas **Nunca foram feitas** e **Concederam-se**.
- 20 O texto utiliza o recurso da voz passiva para apresentar as informações com imparcialidade, especialmente no segundo parágrafo, em que as estruturas “a situação agravou-se”, “Nunca se fizeram” e “Foram concedidas” são usadas pelo autor para não assumir uma posição acerca do assunto.
- 21 O uso da expressão “Aqui” (l.12) exige que o leitor, para compreender o sentido da informação, saiba em que país o redator do texto está.
- 22 A expressão “ciência atuarial” (l.13) diz respeito à legislação previdenciária vigente.
- 23 Contextualmente, seria correto introduzir a forma verbal **houve** imediatamente antes de “dezenas” (l.17).

- 24 No documento mostrado, para se incluir uma figura armazenada em disquete, é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar o local do documento em que se deseja inserir a figura; clicar **Arquivo**; na lista de opções disponibilizada, clicar **Abrir**; na janela resultante dessa ação, clicar sobre o arquivo que contém a figura desejada, para selecioná-lo; em seguida, clicar OK.
- 25 Para se alinhar às margens direita e esquerda o parágrafo mostrado, é suficiente realizar o seguinte procedimento: posicionar o ponto de inserção no referido parágrafo; clicar **Formatar**; na lista de opções disponibilizada, clicar **Parágrafo**; na caixa de diálogo que aparece em decorrência dessa ação, na guia **Recuos e espaçamento**, escolher alinhamento justificado; finalmente, clicar OK.
- 26 No texto, não haveria mudança de sentido nem incorreção gramatical se fossem introduzidos a preposição **de** imediatamente após “governo”, na primeira linha, e o pronome **essa** imediatamente após “Foi”, na quinta linha.
- 27 Para se associar o termo “Ministério do Trabalho e Previdência” ao *site* <http://www.previdenciasocial.gov.br>, é suficiente realizar as seguintes ações: selecionar o referido termo; clicar **Ferramentas**; na lista de opções disponibilizada, clicar **Macro**; na caixa de diálogo resultante, digitar o URL mencionado; a seguir, clicar OK.
- 28 Na segunda linha do texto, a expressão “em face da” poderia ser substituída por **diante da** ou **em virtude da**, mantendo-se a coerência do texto.
- 29 Na quarta linha do texto, o emprego do modo subjuntivo em “existisse” é uma exigência da estrutura condicional determinada pela conjunção “se”.
- 30 Para se mover o trecho “Foi (...) insustentáveis.” para o final do parágrafo, é suficiente realizar o seguinte procedimento: pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; clicar em um local qualquer desse trecho; teclar **X**; liberar a tecla **Ctrl**; posicionar o ponto de inserção imediatamente após o final do parágrafo; clicar
- 31 No texto, as formas verbais “estancar” (quinta linha) e “inchou” (sétima linha) permitem fazer uma analogia entre “gastos insustentáveis” (quinta e sexta linhas) e **hemorragia**, de um lado, e entre “sistema” (sétima linha) e **corpo**, de outro, construindo a imagem de um sistema previdenciário doente.
- 32 Na última linha do texto, a expressão “ou o fizeram”, em que o verbo está precedido por pronome, poderia ser substituída por **ou fizeram isso**, sem prejuízo para a correção gramatical.

1 A aposentadoria tecnicamente é recolhimento, é
ociosidade, e quem se aposenta espontaneamente por idade
não deveria poder seguir trabalhando na mesma atividade
4 e continuar recebendo, cumulativamente, salário e provento.
O Brasil é um dos poucos países que têm aposentadoria
por tempo de serviço. Daí a necessidade de fixar idade
7 condizente com a média de vida do brasileiro e de
estabelecer os tetos diferenciados, tendo em vista a
especificidade de cada atividade.

10 A continuidade do trabalho deveria importar na
suspensão, não perda de aposentadoria, voltando-se a
contribuir para se formar um pecúlio que será devolvido
13 corrigido ao aposentado ao retirar-se definitivamente.

Marcelo Pimentel. *Correio Brasileiro*, 7/2/2003, p. 5 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens de 33 a 37.

- 33 Haveria maior individualização e precisão das idéias expressas por “recolhimento” (l.1) e “ociosidade” (l.2), se, em vez da ausência de artigo, fossem utilizados diante desses substantivos **um** e **uma**, respectivamente.
- 34 A coerência do texto não seria prejudicada se, imediatamente após “e” (l.2), fosse introduzido **portanto**, e após “Daí” (l.6), **porém**.
- 35 Tanto em “se aposenta” (l.2) como em “retirar-se” (l.13), o pronome “se” marca a indeterminação do sujeito.
- 36 Se a estrutura “importar na” (l.10) for substituída por **implicar** a, haverá prejuízo para a correção gramatical do período quanto à regência.
- 37 De acordo com o texto, aquele que, após se aposentar, continua trabalhando na mesma atividade pratica um ato imoral, razão pela qual, nesse caso, sua aposentadoria deveria ser extinta.

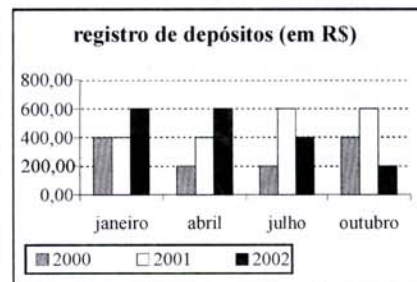
registro de depósitos (em R\$)				
	meses			
	janeiro	abril	julho	outubro
2000	400,00	400,00	400,00	400,00
2001	400,00	400,00	600,00	600,00
2002	600,00	600,00	400,00	200,00

Com o objetivo de garantir um melhor nível de renda após sua aposentadoria, Márcio começou, no ano de 2000, a realizar 4 depósitos por ano, em meses específicos, em uma caderneta de poupança. Os depósitos foram feitos sempre no dia 1.º de cada mês. Para seu controle, ele construiu uma planilha onde registra todos os depósitos que faz. A figura acima mostra essa planilha, que foi elaborada no Excel 2000. Com relação a essa situação, à figura mostrada e ao Excel 2000, e supondo que a taxa de rendimento mensal da caderneta de poupança, para o período mostrado na planilha, tenha sido de 1%, capitalizada mensalmente, julgue os itens de 38 a 42.

- 38 Para se calcular a média aritmética dos valores depositados por Márcio no ano de 2000 e pôr o resultado na célula F4, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a célula F4; digitar $\text{media}(\text{B4};\text{E4})/4$ e, em seguida, teclar **Enter**.
- 39 O depósito efetuado por Márcio em janeiro de 2000 produziu, dois anos depois, um montante igual a $400 \times (1,01)^{24}$ reais.
- 40 Os valores dos depósitos registrados nas células C6, D6 e E6 formam, nessa ordem, uma progressão aritmética.

41 Caso se deseje selecionar o grupo de células B3, C3, D3, E3, A4, A5 e A6, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a célula B3; pressionar a tecla **Ctrl** e, mantendo-a pressionada, clicar as células C3, D3, E3, A4, A5 e A6; liberar a tecla **Ctrl**.

42 O gráfico mostrado ao lado contém informações compatíveis com as da planilha apresentada e pode ter sido obtido utilizando-se ferramentas gráficas do Excel 2000, acessíveis por meio do botão



previdência social no Brasil em 2001

n.º de benefícios concedidos	2.856.292
n.º de benefícios cessados	2.213.754
total das despesas com benefícios	R\$ 75 bilhões
total da arrecadação sobre a folha de salários	R\$ 62 bilhões
n.º total de beneficiários	70 milhões

Considerando as informações da tabela acima, que traz dados da previdência social no Brasil em 2001, julgue os itens de 43 a 46.

- 43 Em 2001, o “total da arrecadação sobre a folha de salários” precisaria ter sido aumentado em mais de 20% para que fosse suficiente para cobrir todas as despesas com benefícios previdenciários.
- 44 Sabendo que, em 2001, o “total das despesas com benefícios” foi equivalente a 6,3% do produto interno bruto (PIB) brasileiro, é correto concluir que o PIB brasileiro em 2001 foi superior a 1,1 trilhão de reais.
- 45 No ano a que se referem os dados apresentados, o “n.º de benefícios concedidos” está para o “n.º de benefícios cessados”, assim como o “total das despesas com benefícios” está para o “total da arrecadação sobre a folha de salários”.
- 46 Para $k \in \mathbb{N}$, suponha que, em milhões, o “n.º total de beneficiários” da previdência social no Brasil no ano $(2000 + k)$ seja dado pela função $f(k) = k^2 + k + 68$. Nessa situação, comparado com o valor de 2001, o “n.º total de beneficiários” dobraria em menos de 8 anos.

RASCUNHO

Os números da previdência social

A previdência social fechou o ano de 2002 com um déficit primário em suas contas de R\$ 17 bilhões. O déficit aumentou 32% em relação aos R\$ 13 bilhões de 2001.

De acordo com os dados da Secretaria do Tesouro Nacional, a arrecadação líquida da previdência em 2002 foi de R\$ 71 bilhões, superando o resultado de 2001, quando a arrecadação líquida havia sido de R\$ 62 bilhões.

Os gastos com benefícios previdenciários acabaram sendo maiores. Em 2001, a previdência social tinha gasto R\$ 75 bilhões com o pagamento de benefícios. Em 2002, essa despesa subiu para R\$ 88 bilhões.

Além disso, houve um aumento no número de benefícios concedidos — no ano de 2002, foram 750 mil a mais do que os concedidos em 2001. Somente em dezembro, a previdência social teve um déficit primário de R\$ 3 bilhões.

Agência de Notícias Radiobrás (com adaptações).

A partir dos dados do texto acima, suponha que a arrecadação líquida e os gastos da previdência com benefícios, em bilhões de reais, sejam dados respectivamente pelas funções $f(t) = mt + n$ e $g(t) = c2^{kt}$, em que t é o número de anos transcorridos desde 2000, m , n , c e k são constantes reais. Nessa situação, julgue os itens de 47 a 50.

- 47 De acordo com a função escolhida, os gastos da previdência com benefícios em 2003 serão superiores a R\$ 100 bilhões.
- 48 Considerando $\log_2 3 = 1,58$, $\log_2 5 = 2,32$ e $\log_2 11 = 3,46$, conclui-se que o valor de k na definição da função g é igual a 0,24.
- 49 De acordo com a função f , a arrecadação da previdência em 2003 será superior a R\$ 80 bilhões.
- 50 Em um plano cartesiano de coordenadas tOy , o gráfico da função g , para $0 \leq t \leq 5$, é um arco de parábola.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O direito constitucional contemporâneo não pode ser aceito apenas como um sistema de regras que organiza os poderes do Estado Nacional. Vai para além disso. Cuida da liberdade e da igualdade como pontos centrais do seu desenvolvimento. Com isso, pode-se dizer que, onde houver direito constitucional, haverá discussão sobre liberdade e igualdade irradiada sobre todos os demais direitos fundamentais.

Hoje, quem estuda direito constitucional não pode prender-se apenas à formalidade, sob pena de estar em franco descompasso. Exige-se o estudo não só de mecanismos formais, mas daquilo que se costuma chamar de direito material constitucional. Esse estudo requer, também, uma nova “sensibilidade jurídica”, como diz Geertz. Mais: exige do jurista e de todos os cidadãos uma apropriação da hermenêutica como método de compreensão desse universo.

Considerando o texto acima e a doutrina relativa a direitos fundamentais, julgue os itens de 51 a 56.

- 51 O texto permite a ilação de que o direito constitucional contemporâneo deve ser estudado na óptica de compreensão dos direitos fundamentais.
- 52 O autor sobrepõe a igualdade e a liberdade ao ideal clássico de organização do Estado, bem como reconhece a impossibilidade de se desvincular a hermenêutica (método de conhecimento) de seu objeto (direitos fundamentais).
- 53 No Estado democrático de direito, ao contrário do que ocorria no Estado liberal e no Estado do bem-estar social, a discussão sobre liberdade e igualdade perdeu sua importância, dando lugar ao direito à segurança e à propriedade.
- 54 O direito à vida relaciona-se tanto ao direito de continuar vivo quanto ao de ter uma vida digna em relação à própria subsistência.
- 55 A reserva legal tem uma abrangência maior, mas menor densidade que o princípio da legalidade, uma vez que este trata de matéria exclusiva do Poder Legislativo, sem participação do Executivo.
- 56 Os conceitos de intimidade e de vida privada são interligados e possuem o mesmo raio de amplitude, uma vez que dizem respeito às relações subjetivas do cidadão e ao trato íntimo da pessoa.

No que se refere aos direitos sociais, julgue os itens de 57 a 60.

- 57 Os direitos sociais são direitos fundamentais, caracterizados como liberdades positivas e negativas conquistadas no âmbito do Estado democrático de direito, com finalidade de concretização social.
- 58 Todos os direitos sociais do cidadão brasileiro estão dispostos na Constituição da República de 1988, que enumerou exhaustivamente os direitos fundamentais constitucionais dos trabalhadores em capítulo específico.
- 59 Considere a seguinte situação hipotética.

Maria trabalhava em uma determinada loja como caixa. Certo dia, foi abordada pela gerente, que a acusou de desfalque de dinheiro. Na frente de todos os empregados da loja, obrigou-a a despir-se, mas nenhum dinheiro foi encontrado em sua posse. Em face disso, Maria pediu rescisão do contrato de emprego e apresentou reclamação trabalhista na justiça do trabalho, requerendo, entre outros pedidos, indenização por danos morais. Tal pedido foi negado pelo juiz do trabalho, sob o fundamento de que tal indenização refere-se aos direitos civis e políticos e não ao direito do trabalho.

Nessa situação, em um suposto recurso, o juiz deveria ter sua sentença reformada quanto à negação do pedido de indenização por danos morais.

- 60 Suponha que uma agroindústria, alegando necessidade de redução de custos, reduziu o salário de 50% de seus empregados em 20%. Houve, então, dissídio coletivo e, após diversas negociações, o sindicato da categoria, em acordo coletivo, concordou com o corte salarial. Nesse caso, o acordo coletivo é inconstitucional.

Figuras introduzidas pela reforma administrativa, como as organizações sociais (OS) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), parecem atender às novas demandas sociais. Isso requer um novo olhar sobre o direito administrativo brasileiro, pois essas instituições não são estatais, mas públicas, pertencem à sociedade e não ao governo; sobretudo, são estudadas e disciplinadas por aquele direito.

Considerando o texto acima, o disposto sobre organização administrativa no direito brasileiro e o disposto acerca do serviço público, julgue os itens de 61 a 64.

- 61 As OSCIPs celebram com o Estado contratos de gestão, enquanto as OS estabelecem termos de parceria.
- 62 As OS exercem atividades sem fim lucrativo, dirigidas a atividades de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, preservação do meio ambiente, cultura e saúde.
- 63 Os serviços passados para as OS têm caráter de serviço público e são suscetíveis de ser prestados em regime de concessão ou permissão.
- 64 As OSCIPs não recebem repasse de serviço público nem têm participação do poder público no seu quadro diretivo, como ocorre com as OS.

Considerando o disposto acerca de agentes públicos, julgue os itens de 65 a 68.

- 65 Consideram-se agentes públicos os titulares de cargos estruturais para a administração pública, sendo o vínculo que se estabelece não de natureza profissional, mas sim de natureza política.
- 66 Enquanto os agentes honoríficos são convocados, designados ou nomeados para prestar transitoriamente determinados serviços ao Estado, os agentes credenciados recebem incumbência da administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica, mediante remuneração.
- 67 A concessão dos proventos de aposentadoria não poderá exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo em que se deu a aposentadoria, e a revisão dos mesmos poderá dar-se na mesma proporção e na mesma data em que se procede a revisão dos proventos para os servidores em atividade.
- 68 Os limites para a acumulação de cargos públicos estendem-se a empregos e funções, restringida àqueles pertencentes à administração pública direta e aos médicos, que podem ter dois cargos públicos, à semelhança do auxiliar judiciário, que pode exercer também o magistério, sem prejuízo dos vencimentos do primeiro cargo.

A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens 69 e 70.

- 69 Se a administração pública causa dano a particular, mesmo com entendimento das partes, a reparação de tal dano deve ser efetuada pela via judicial.
- 70 Em caso de fato danoso a particular por força maior e culpa da vítima, pode haver exclusão da responsabilidade do Estado; todavia, o mesmo não ocorre na hipótese de caso fortuito.

A Transportadora Alfa Ltda. teve suas mercadorias apreendidas pelo fisco estadual porque transitava sem a devida nota fiscal entre dois estabelecimentos comerciais. As mercadorias, apreendidas e armazenadas pelos fiscais, foram danificadas, deteriorando-se no depósito público.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens 71 e 72.

- 71 Os prejuízos da transportadora são de responsabilidade objetiva do Estado, independentemente da demonstração de dolo ou culpa.
- 72 Eventual ação de indenização proposta pela transportadora deverá ser ajuizada contra os fiscais que apreenderam as mercadorias, e não contra a fazenda estadual, pois somente quem deu causa ao dano é parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda.

Quanto a prescrição e decadência, julgue os itens de 73 a 77.

73 Considere a seguinte situação hipotética.

Antônio, funcionário público federal, credor de Maria — de um título executivo vencido em 30/9/2002, e não pago —, foi removido para a embaixada do Brasil em Madri, a partir do mês de março de 2003.

Nessa situação, o prazo prescricional para a propositura da execução contra a devedora inadimplente será suspenso até o retorno do credor ao país.

- 74 Caso o devedor pague uma dívida e, posteriormente, venha a saber que a referida obrigação estava prescrita, poderá propor uma ação para reaver o que indevidamente pagou, sob o fundamento de o credor ter agido de má-fé ao receber o débito prescrito.
- 75 Na decadência, o que perece é o direito e não a ação, e o prazo de decadência não se suspende, não admite interrupção e flui contra qualquer pessoa.
- 76 Sendo os contratantes maiores e capazes, poderão firmar contrato em que uma das suas cláusulas estipule que a obrigação pecuniária imposta ao devedor não se sujeitará ao prazo prescricional.
- 77 Em processo instaurado para obter rescisão contratual por inadimplemento do devedor, o juiz, mesmo verificando que o réu tenha cumprido parte da obrigação, não poderá reduzir a pena estipulada no contrato, pois a sanção deve ser aplicada da forma como pactuada pelas partes contratantes, incidindo, na espécie, o princípio do *pacta sunt servanda*.

Em relação ao processo civil, julgue os itens de 78 a 87.

- 78 O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é de que cabe ação declaratória para reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários.
- 79 O credor hipotecário não poderá valer-se das ações possessórias para compelir o devedor inadimplente a restituir-lhe o bem hipotecado.
- 80 O oficial do registro civil, ao verificar se o acordo de vontade dos nubentes está apto a produzir os efeitos legais do casamento, pratica ato de jurisdição voluntária.
- 81 A arguição da incompetência relativa depende de iniciativa da parte, que se manifesta mediante exceção, sendo vedado ao juiz agir de ofício nessa hipótese, ainda que a causa verse sobre direitos indisponíveis.
- 82 É competente o foro da situação da coisa para processar e julgar ação reivindicatória proposta contra o INSS, ainda que a comarca não seja sede de justiça federal, pois prevalece, no caso, o foro do local onde o imóvel se situa.
- 83 Pode o tribunal examinar questão de ilegitimidade de parte argüida somente por ocasião da apelação, uma vez que se trata de questão apreciável de ofício.
- 84 Se o juiz verificar que o autor não tem necessidade do uso da via judicial para a proteção de seu direito, deverá extinguir o processo por falta de interesse de agir, sem julgar o mérito da causa.
- 85 Somente as pessoas naturais e as jurídicas podem ser parte no processo. Os entes despersonalizados, como a massa falida, o condomínio e as sociedades de fato, não podem demandar nem ser demandados.
- 86 Em observância ao princípio da eventualidade, se o juiz reconhecer que o autor é carecedor de ação, ainda assim deve prosseguir no exame do mérito da causa, proferindo sentença que julgue procedente ou improcedente o pedido do autor.
- 87 É cabível o recurso de agravo contra a decisão que recebe a apelação sem o regular preparo.

Quanto a contratos e obrigações, julgue os itens de **88 a 90**.

- 88** O devedor que, notificado, nada opuser à cessão dos seus direitos que o credor faz a terceiros, não poderá posteriormente opor ao cessionário a compensação que antes da cessão poderia opor ao cedente.
- 89** De regra, a invalidade parcial de um negócio jurídico não prejudica a parte válida, se esta for separável.
- 90** Inválida a obrigação principal, inválidas serão as obrigações acessórias, mas inválidas as acessórias, isso não implica que a obrigação principal seja inválida.

Com relação ao financiamento da seguridade social e à aplicação das normas previdenciárias, julgue os itens de **91 a 98**.

- 91** A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.
- 92** A previdência social atende, entre outros, a cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; a pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.
- 93** A contribuição previdenciária que for instituída ou majorada por meio de lei publicada em 30/11/2003 poderá ser cobrada a partir de 2/1/2004.
- 94** Considere a seguinte situação hipotética.

Uma senhora foi admitida como empregada doméstica em 5/3/2003, tendo sido registrado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) um salário de R\$ 200,00, que corresponde, atualmente, a um salário mínimo.

Nessa situação, a contribuição previdenciária será devida a partir da competência abril/2003, pois a competência março/2003 tem base de cálculo abaixo do limite de um salário mínimo em razão de o número de dias trabalhados ter sido inferior a 30.

- 95** Considere a seguinte situação hipotética.

O Banco Austral S.A. oferece previdência complementar privada aberta para todos os empregados e dirigentes da empresa por intermédio da Superprev S.A.

Nessa situação, os valores das contribuições para a previdência privada efetivamente pagas pelo banco, embora não sejam considerados base de cálculo das contribuições previdenciárias, podem ser deduzidos do recolhimento à previdência social das contribuições a cargo da empresa.

- 96** O décimo terceiro salário integra o salário-de-contribuição para todos os fins, sendo devida a contribuição quando do pagamento ou crédito da última parcela ou na rescisão do contrato de trabalho.
- 97** O Ministério da Previdência Social poderá, com base nas estatísticas de acidentes do trabalho, apuradas em inspeção, alterar o enquadramento das empresas em relação aos riscos ambientais no trabalho, a fim de estimular investimentos em prevenção de acidentes.
- 98** O INSS é o órgão competente para instituir, arrecadar e fiscalizar o recolhimento das contribuições sociais, entre outras, devidas pelas empresas e incidentes sobre a remuneração paga, devida ou creditada aos segurados e demais pessoas físicas a seu serviço, com ou sem vínculo empregatício.

Julgue os itens de **99 a 102** quanto ao plano de benefícios da previdência social.

- 99** A inscrição de dependente na previdência social não pode ser feita antes do requerimento do benefício a que este tiver direito.
- 100** O médico residente, contratado na forma da Lei n.º 6.932/1981, e o estagiário que presta serviços à empresa em desacordo com a Lei n.º 6.494/1977 são segurados obrigatórios como empregados.
- 101** O contribuinte individual pode, desde que provado o exercício da atividade, recolher contribuições relativas a competências anteriores à sua primeira contribuição, que serão computadas inclusive para efeito de carência.
- 102** Para os segurados facultativos, a filiação — vínculo que se estabelece entre a previdência social e a pessoa que para ela contribui — decorre da inscrição formalizada e do pagamento da primeira contribuição.

Joaquina, dona de casa, segurada facultativa da previdência social, emprega, em sua residência, Maria, como empregada doméstica. Após conhecer os dotes culinários de Maria, Joaquina passou a utilizar-se dos seus serviços para preparar biscoitos e doces que são vendidos em uma feira.

Com base na situação hipotética acima, julgue os itens **103 e 104**.

- 103** Joaquina poderá continuar a recolher à previdência social suas contribuições como segurada facultativa.
- 104** Em razão das atividades desenvolvidas, as contribuições relativas à remuneração de Maria devem ser recolhidas como segurada empregada.

Os temas relacionados a crimes, renúncias e diversas obrigações acessórias são considerados pontos críticos para a previdência social. Nesse contexto, julgue os itens de **105 a 108**.

- 105** Se um orfanato cumprir os requisitos da legislação previdenciária e obtiver isenção das contribuições previdenciárias, os estabelecimentos que estejam sob a dependência desse orfanato serão contemplados com a mencionada isenção, exceto as eventuais obras de construção civil da entidade, quando por ela executadas e destinadas a uso próprio.
- 106** Uma empresa que, na qualidade de cedente de mão-de-obra, preste serviços de conservação e limpeza para diversos bancos deve elaborar folhas de pagamento e guias de recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço e informações da previdência social (GFIP) distintas para cada estabelecimento da empresa contratante de serviço.
- 107** Se um orfanato deixar de ser considerado de utilidade pública federal, a sua isenção de contribuição previdenciária será cancelada, não lhe sendo possível interpor recurso ao Conselho de Recursos da Previdência Social.
- 108** Uma das condutas típicas do crime de apropriação indébita previdenciária é deixar de recolher, no prazo legal, contribuição ou outra importância destinada à previdência que tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurados, a terceiros ou arrecadada do público, sendo passível de aplicação de pena de reclusão e multa. Todavia, a punibilidade poderá ser extinta se o agente, espontaneamente, declarar, confessar e efetuar o pagamento de contribuições, importâncias ou valores e prestar as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, até o recebimento da denúncia pelo juiz.

Juliana começou a prestar serviços a Fábio em agosto de 2002 como empregada doméstica. Em novembro de 2002, ao ser cientificado de que Juliana estava grávida e que seu parto estava previsto para abril de 2003, Fábio assinou a CTPS dela com uma remuneração de R\$ 200,00 e iniciou os recolhimentos à previdência social. Em janeiro de 2003, Fábio aumentou a remuneração de Juliana para R\$ 1.500,00, passando a calcular a contribuição previdenciária sobre este valor.

Considerando essa situação hipotética e que Juliana não tenha efetuado, anteriormente, recolhimentos à previdência social, julgue os itens de **109 a 111**.

- 109** Juliana receberá o salário-maternidade da previdência social no valor mensal de R\$ 1.500,00.
- 110** Caso o parto de Juliana seja antecipado para março de 2003, após 36 semanas de gravidez, e a criança nasça morta, comprovando-se tal fato via atestado médico, ainda assim o salário-maternidade será concedido por 120 dias, sem necessidade de avaliação médico-pericial do INSS.
- 111** Considere ainda que, em dezembro de 2002, em razão de complicações da gravidez, Juliana tenha ficado incapacitada para o trabalho por vinte dias. Nessa situação, Juliana teve direito a receber auxílio-doença da previdência social.

Em relação aos segurados e aos benefícios da previdência social, julgue os itens de **112 a 120**.

- 112** Uma professora do ensino fundamental de âmbito municipal, que esteja amparada por regime próprio de previdência e ministre aulas particulares em sua residência, estará dispensada de recolher contribuições ao INSS quanto à remuneração que receba proveniente da atividade de professora particular.
- 113** O aposentado por invalidez não poderá, sem prejuízo do recebimento desse benefício, desempenhar atividade profissional, ainda que diversa daquela que originou a aposentadoria.
- 114** Considere a seguinte situação hipotética.
- Joana, trabalhadora rural como empregada, acabou de completar 55 anos de idade e está em gozo de auxílio-doença. Ela já conta com 185 contribuições mensais para a previdência social, anteriores ao início do auxílio-doença.

Nessa situação, Joana poderá pedir a transformação do benefício em aposentadoria por idade.

- 115** Suponha que Mariana, com 65 anos de idade, seja segurada empregada, e já conte com 190 contribuições mensais à previdência social. Nesse caso, a empresa em que ela trabalha poderá, independentemente da vontade de Mariana, requerer a sua aposentadoria compulsória.
- 116** Considere a seguinte situação hipotética.
- O casal Adacir e Ana, ambos segurados da previdência social como empregados, tem cinco filhos na faixa etária de dois a onze anos de idade. Adacir recebe remuneração mensal de R\$ 250,00, e Ana, de R\$ 350,00.
- Nessa situação, Adacir e Ana têm direito a receber, cada um, cinco cotas de salário-família.
- 117** O auxílio-acidente será devido ao segurado da previdência social em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de qualquer natureza do qual resulte seqüela definitiva.
- 118** A renda mensal dos dependentes relativa à pensão por morte do segurado que falecer em atividade corresponderá a 100% do valor da aposentadoria a que esse segurado teria direito caso se aposentasse por invalidez.
- 119** O salário-maternidade é devido à segurada empregada enquanto existir a relação de emprego.

- 120** Considere a seguinte situação hipotética.

Adalgisa exerceu, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana até dezembro de 1999, quando suspendeu os recolhimentos à previdência social, após tê-los feito ao longo de 180 meses, pois deixou de exercer atividade remunerada. Em fevereiro de 2003, aos 66 anos de idade, Adalgisa faleceu.

Nessa situação, embora Adalgisa já contasse com 180 contribuições mensais à previdência social, seus dependentes não farão jus à pensão, pois ocorreu a perda da qualidade de segurada.

Considerando as normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação no âmbito do INSS, julgue os itens de **121 a 125**.

- 121** Considere a seguinte situação hipotética.

A empresa Beta Ltda., desde janeiro de 2002, vem arrecadando de seus empregados as contribuições previdenciárias devidas por estes à previdência social; todavia, em razão de graves dificuldades financeiras, não tem repassado esses valores ao INSS.

Nessa situação, a empresa não poderá parcelar as contribuições devidas ao INSS.

- 122** Uma microempresa merece um tratamento diferenciado, que vise incentivá-la por meio da simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou, até mesmo, pela eliminação ou redução dessas mediante lei, conforme orientação expressa da Constituição da República. Nesse sentido, é correto afirmar que a certidão negativa de débito (CND) não será exigida para as microempresas quando do arquivamento de seus atos constitutivos nas juntas comerciais, inclusive de alterações e extinção de firma individual ou sociedade.

- 123** Considere a seguinte situação hipotética.

Joaquim apresentou-se a uma agência da previdência social para que fossem calculadas as contribuições previdenciárias devidas em razão da construção de sua casa, pois desejava obter a CND para averbar a respectiva obra no cartório de registro de imóveis de sua cidade. Para tanto, levou consigo a cópia do projeto devidamente aprovada pelo CREA para verificação e comprovação das informações prestadas pelo contribuinte no ato da inscrição. Procedidos os cálculos, Joaquim não concordou com os valores arbitrados pelo INSS para recolhimento e regularização da questão.

Nessa situação, o servidor do INSS deve informar a data de publicação, no Diário Oficial da União, da tabela utilizada para fins de arbitramento do valor considerado como custo por m² da obra, haja vista o ônus da prova ser do INSS, responsável pela arrecadação das contribuições previdenciárias e interessado maior em que estas sejam recolhidas.

- 124** Considere a seguinte situação hipotética.

Carlos — segurado obrigatório da previdência social como empregado — teve sua contribuição previdenciária referente à competência de janeiro de 2003 descontada com um valor superior ao efetivamente devido. Tal erro só foi detectado quando o empregador já havia recolhido a guia da previdência social.

Nessa situação, a restituição da contribuição descontada indevidamente de Carlos somente poderá ser feita a ele ou ao seu procurador, exceto se seu empregador, ao requerer a restituição, comprovar que efetuou a devolução da quantia indevidamente descontada.

- 125** O direito de pleitear restituição ou de realizar compensação de contribuições extingue-se em dez anos, contados da data do pagamento ou recolhimento indevido ou em que se transitar em julgado a sentença judicial que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão condenatória.

CARGO: **ANALISTA PREVIDENCIÁRIO**

CADERNO DE PROVAS AZUL																									
I T E N S	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
	C	E	E	C	E	E	E	C	C	C	C	E	C	E	C	C	E	E	E	E	C	E	C	E	C
	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
	C	E	C	C	C	C	C	E	E	E	E	E	E	C	C	C	C	C	C	E	C	C	C	E	E
	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
	C	C	E	C	E	E	E	E	+	E	+	+	+	+	E	C	E	E	E	C	C	E	C	E	E
	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
	E	E	C	C	E	C	E	C	C	E	E	E	C	C	C	C	C	E	E	E	E	C	E	C	E
	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125
	E	E	E	C	E	C	C	E	C	C	+	E	E	C	C	C	E	C	C	E	E	E	E	C	E

Observações:  ITEM ANULADO

 ITEM COM GABARITO ALTERADO/ATUALIZADO